

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TÉCNICAS  
LABORATORIAIS EM SAÚDE

Isabella Cervo Lopes

RELIGIÃO E SEXISMO:  
um estudo do papel da mulher na Teologia da Libertação  
e na Teologia Feminista da América Latina

Rio de Janeiro

2016

Isabella Cervo Lopes

**RELIGIÃO E SEXISMO:**  
um estudo do papel da mulher na Teologia da Libertação  
e na Teologia Feminista da América Latina

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola Politécnica de Saúde  
Joaquim Venâncio como requisito parcial  
para aprovação no curso técnico de nível  
médio em saúde com habilitação em  
Análises Clínicas.

Orientador(a): Cynthia Macedo Dias

Co-orientador(a): Danielle Ribeiro de  
Moraes

Rio de Janeiro

2016

Isabella Cervo Lopes

**RELIGIÃO E SEXISMO:**  
um estudo do papel da mulher na Teologia da Libertação  
e na Teologia Feminista da América Latina

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola Politécnica de Saúde  
Joaquim Venâncio como requisito parcial  
para aprovação no curso técnico de nível  
médio em saúde com habilitação em  
Análises Clínicas.

Orientador(a): Cynthia Macedo Dias

Co-orientador(a): Danielle Ribeiro de  
Moraes

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA  
EXAMINADORA**

---

(Nome do Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence)

---

(Nome do Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence)

---

(Nome do Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence)

*Dedico este trabalho a todas as mulheres que já se sentiram, de alguma forma, vítimas do machismo, do sexismo ou de qualquer outra forma de opressão, tanto na religião católica como em qualquer outra.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à minha família e amigos por todo apoio e suporte; à minha orientadora Cynthia Dias, e à minha co-orientadora Danielle Moraes, por me guiarem quando me sentia perdida e me ajudarem a concluir o trabalho, e a Paulo Henrique Barbosa por ter iniciado a caminhada comigo.

*“Há pecado até na nossa santidade, há incredulidade na nossa fé; há ódio no nosso próprio amor; há lama da serpente na mais bela flor do nosso jardim.”*

*(Charles Haddo Spurgeon)*

## **RESUMO**

Este projeto tem como objetivo analisar a forma como a mulher é vista na igreja católica, para investigar se - e como - a mesma age como uma fonte de disseminação do sexismo. Para tal, é preciso que se compreenda que o sexismo não é um fenômeno novo e que se vê presente até hoje na sociedade. Para isso, pretende-se estudar duas teologias que se colocam como alternativas de ruptura da teologia tradicional católica, sendo elas a Teologia da Libertação e a Teologia Feminista da América Latina, através de uma pesquisa qualitativa baseada em uma revisão de literatura.

Palavras-Chave: Sexismo. Religião. Mulher. Teologia da Libertação. Teologia Feminista.

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2- SEXISMO E A IGREJA CATÓLICA .....</b>	<b>13</b>
<b>3- INTRODUZINDO E CONTEXTUALIZANDO A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>4- INTRODUZINDO E CONTEXTUALIZANDO A TEOLOGIA FEMINISTA DA AMÉRICA LATINA .....</b>	<b>24</b>
<b>5- CONCLUSÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

Desde antes mesmo do século XIX, nas sociedades burguesas, capitalistas, individualistas e colonialistas, o sexismo já era a base pela qual se estruturava a sociedade (Costa, 1995 apud Silva, 2000). A mulher há muitos anos assume o papel a quem são delegadas as tarefas domésticas, o ser frágil e maternal; e o homem, o líder da família, é o responsável por prover o sustento e proteção da mesma. Isso é fruto da chamada *divisão sexual do trabalho*, originada a partir de normas de conduta e de uma ideologia construída socialmente, que produz um tipo de visão, sexista, que até hoje fundamenta as relações sociais (Pereira, A. G. 2012).

Com o surgimento do movimento feminista, muitas foram as conquistas adquiridas por parte das mulheres. O movimento surgiu no contexto da Revolução Francesa, com a influência dos ideais iluministas, em um momento em que as mulheres lutavam arduamente por igualdade o que fez com que o feminismo se expandisse. Na conhecida *primeira onda do feminismo*, no final do século XIX, as mulheres buscavam o direito de se auto-governarem, tomarem suas próprias decisões, no que dizia respeito ao casamento ou a quem governaria seu país. Os direitos foram sendo adquiridos aos poucos, tais como o voto, que só é permitido as mesmas no Brasil, no século XX, em 1932. Foram conquistados direitos civis, políticos e educativos.

Já na chamada *segunda onda do feminismo*, as problematizações estavam relacionadas a questões mais amplas, tais como a sexualidade e o papel da mulher na família e no trabalho (Narvaz, M. G, Koller. S. H. 2006). Ocorreu também a *terceira onda do feminismo*. Essa onda surgiu no início da década de 90 e teve como principal objetivo discutir as propostas e demandas levantadas nas duas primeiras ondas já que algumas feministas apontavam que as exclusões e opressões atingiam as mulheres de forma diferente.

Apesar dessas conquistas e discussões, ainda hoje não há uma igualdade de gênero. A mulher segue sofrendo uma série de preconceitos e enfrentando diversos estereótipos. E isso se comprova quando a mesma segue recebendo salário inferior ao do homem (Pereira, A. G. 2012), mesmo ocupando cargos iguais. Segundo o IBGE, o rendimento das mulheres equivalia a 71,3% do recebido pelos homens, como pode-se perceber no

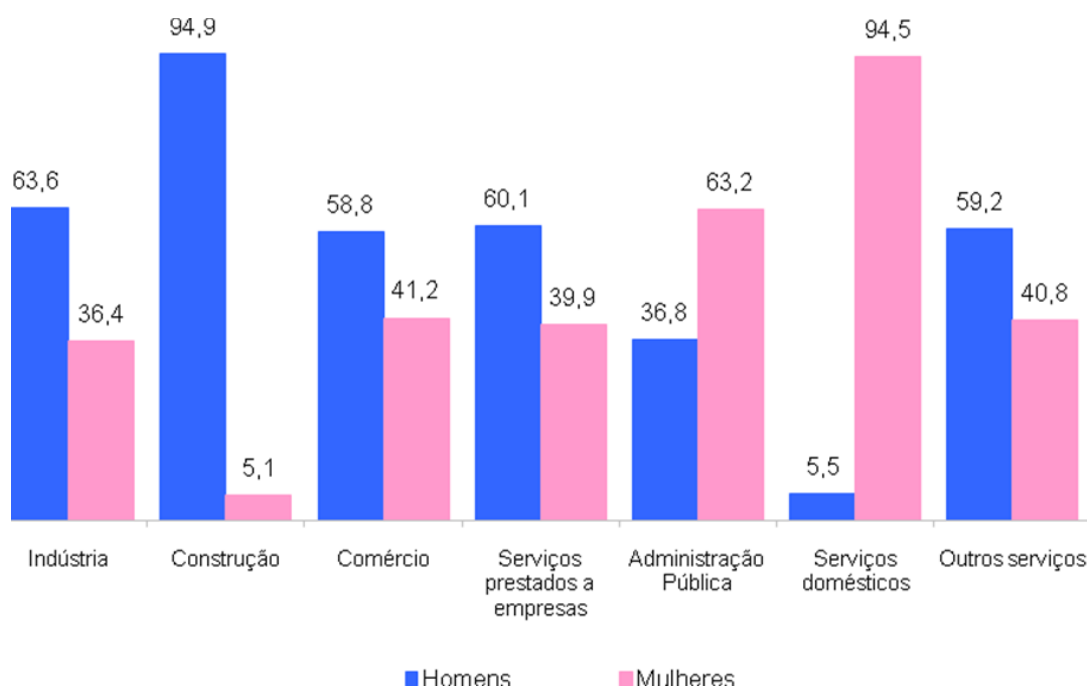
gráfico a seguir. Além disso, até 2009, 94,5% dos serviços domésticos eram feitos por mulheres, segundo o IBGE. Isso é sexismo.

**Gráfico 1: Rendimento Médio de Mulheres e Homens. Brasil. 2003 e 2008. (IBGE, ANO)**

	Rendimento Médio Habitual dos Homens		Rendimento Médio Habitual das Mulheres	
	jan.03	jan.08	jan.03	jan.08
<b>Total</b>	1.302,30	1.342,70	933,53	956,80
<b>Recife</b>	834,91	926,20	647,88	703,00
<b>Salvador</b>	1.199,24	1.070,40	793,54	793,90
<b>Belo Horizonte</b>	1.102,67	1.250,80	705,09	816,10
<b>Rio de Janeiro</b>	1.088,78	1.260,90	817,82	952,90
<b>São Paulo</b>	1.529,24	1.528,80	1.100,86	1.076,40
<b>Porto Alegre</b>	1.100,94	1.295,10	782,73	897,20

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego  
Obs.: Valores no gráfico de ordenadas referem-se a reais (R\$).

**Gráfico 2: Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo 2009\***



\*Média das estimativas mensais.

Essas diferenças sociais entre os gêneros vão refletir em todos os âmbitos, inclusive na religião. Nesse sentido a religião, na cultura judaico-cristã, também aparece como um instrumento de disseminação do sexismo, como explica Pinafi (2007, p.2):

O Cristianismo retratou a mulher como sendo pecadora e culpada pelo desterro dos homens do paraíso, devendo por isso seguir a trindade da obediência, da passividade e da submissão aos homens, — seres de grande iluminação capazes de dominar os instintos irrefreáveis das mulheres — como formas de obter sua salvação. Assim a religião judaico-cristã foi delineando as condutas e a ‘natureza’ das mulheres e inculcando uma consciência de culpa que permitiu a manutenção da relação de subserviência e dependência.

A teologia da libertação surge como uma teologia que visa uma interpretação da bíblia a partir da perspectiva dos oprimidos e que busca a libertação a partir da fé, passando então a ser uma ideologia de resistência. Nesse sentido, aparece como uma alternativa de ruptura da disseminação do sexismo pela igreja, por tentar se aproximar de movimentos que sofrem algum tipo de opressão, como o feminista, o movimento indígena e o negro (Susin, L. C. 2000).

Já a Teologia Feminista almeja atribuir protagonismo à mulher no âmbito da igreja católica. Logo, buscar acima de tudo desconstruir conceitos teológicos em que a figura feminina é oprimida e dominada no âmbito da igreja católica, fazendo então uma reinterpretação da bíblia a partir de uma perspectiva feminista.

Nesse sentido o projeto possui como objetivo geral analisar o papel da igreja católica na disseminação do sexismo. Para além disso, possui como objetivos específicos discutir o papel da mulher na instituição e analisar duas teologias que se colocam como alternativas de ruptura da teologia tradicional católica, sendo elas a Teologia da Libertação e a Teologia Feminista da América Latina.

O trabalho está baseado em uma pesquisa qualitativa, utilizando como estratégia a revisão de literatura, em que os artigos foram retirados das bases de dados SciELO e BVS, além de livros e revistas. Foram utilizados como critério para a seleção artigos em português e publicados a partir dos anos 2000. Além disso, os descritores utilizados foram sexismo, religião e mulher.

O tema a ser discutido no trabalho surge a partir de uma série de problematizações a

respeito, em que se chegou à conclusão que a mulher em nenhum momento dentro dos grupos tradicionais da religião católica, assume um papel importante, como um padre, um bispo ou um papa, nunca é protagonista, sempre assumindo papéis secundários e de apoio ao homem, que sempre assume os postos de liderança. Nesse sentido, ao assumir tais funções secundárias, o sexismo fica bastante explícito na relação mulher e casa, o papel doméstico fica em evidência, por exemplo, na existência da pastoral da família, uma forma de atuação da igreja católica, liderada por mulheres e que tem como intuito apoiar e ajudar famílias necessitadas, o que evidencia a existência, dentro da Instituição, de uma divisão sexual do trabalho e que reforça a existência do sexismo dentro da mesma. Logo, é importante que o tema seja estudado, pois o sexismo é um mal que está presente em nossa cultura há milhares de anos e que por isso já se naturalizou, sendo difundido a todo momento, em nosso dia-a-dia, através da mídia e também da religião. Por isso o desenvolvimento de análises tais como a que realizamos no presente trabalho pode ser, assim, uma contribuição para a desconstrução de tais estruturas sociais.

Logo, no primeiro capítulo, pretende-se explicar o surgimento do sexismo na sociedade atual e relacioná-lo com a influência que a igreja católica teve para a propagação do mesmo. Já no segundo capítulo, tem-se como objetivo contextualizar o surgimento da Teologia da Libertação, assim como explicar o propósito da mesma, com o intuito de esclarecer o porquê da mesma ser considerada como uma alternativa de ruptura da teologia tradicional católica. No terceiro o capítulo, os objetivos se assemelham aos do capítulo anterior, porém tomando como referência a teologia feminista.

## 2 – SEXISMO E A IGREJA CATÓLICA

Conceitualmente, sexismo é o conjunto de ações e ideias que privilegia um gênero em detrimento de outro, podendo ser considerado como uma discriminação pautada no gênero. Surge no âmbito de uma sociedade que se estrutura no patriarcalismo, uma construção social que se fundamenta no poder masculino, mas que nem sempre baseou as organizações humanas.

As sociedades paleolíticas que eram coletivistas e nômades e ditas como primitivas, podem ser consideradas matrilinearistas, ou seja, a sucessão é contada a partir das mães (Ruether, 1993). Nelas, a mulher desempenhava um papel social tão ou mais importante que o homem, uma vez que sua participação na coleta de raízes e frutos, e cuidado com as crianças dos grupos, lhe conferia importância e controle, além do fato de poder dar a luz e consequentemente, continuidade a espécie. (Narvaz e Koller, 2006).

Além disso, nessas sociedades as relações sexuais entre homens e mulheres não eram monogâmicas. Logo, era impossível saber a paternidade dos filhos, o que obrigava a esses povos contar seus descendentes somente a partir da linhagem materna, o que atribuía à mulher um “poder” social ainda maior. Essa estruturação começa a ruir a partir da descoberta da agricultura, pois com a necessidade da caça e do fogo, cria-se uma divisão sexual do trabalho, em que a mulher é designada a atividades domésticas e o cuidado com a prole, e o homem, a proteção e o sustento da família. Nesse sentido, se estabelecem as relações monogâmicas, pois surge a necessidade de garantir herança aos filhos legítimos e nasce então a família patriarcal, em que a mulher perde o domínio sobre seu corpo e sexualidade e passa a ser controlada pelo homem, como explica Engels (2006, p.75).

A mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado.

Esse tipo de organização familiar baseada no patriarcalismo fica muito clara nas relações estabelecidas na Grécia Antiga, como cita Engels. Nela, o homem, ou seja, o

patriarca, detinha total controle sobre a família, inclusive o direito de decidir sobre a vida ou morte de sua mulher e filhos. Além disso, sua autoridade em relação à família era superior até mesmo ao poder do Estado e durava até a morte do patriarca (Engels, 1884/1964; Xavier 1998 apud Narvazet al 2006).

Logo, a família patriarcal se institui como a principal forma de organização social em diversas culturas e os valores atribuídos a ela, ou seja, a soberania masculina, fundamentam comportamentos em que o gênero masculino recebe privilégios em relação ao feminino, isto é, comportamentos sexistas e essa ideologia acaba por se constituir como uma construção refletora do pensamento patriarcal (Glick e Fiske 1996 apud Belo, et al, 2005).

Ao mesmo tempo em que a patriarcalismo e o sexismo se afirmam, uma cultura machista se cultiva, trazendo consigo a violência contra a mulher e o feminicídio, ou seja, o assassinato de mulheres pelo simples fato delas serem mulheres. O feminicídio se diferencia do homicídio por se restringir apenas à morte de mulheres e se caracterizar como um crime de gênero, como explica o relatório final liberado em 2013 pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (p. 1004):

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.

Somente no primeiro semestre de 2015, segundo relatório oficial liberado, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 já tinha registrado 364.627 atendimentos, uma média de 60.771 atendimentos mensais e 2.025 diários.

A violência e discriminação para com a mulher ocorrem de diversas formas e podem acontecer também a partir do sexismo, de modo hostil ou benévolo.

O sexismo hostil é o tipo de sexismo mais discriminatório, em que a mulher é considerada inferior, não possuindo o direito de exercer cargos de poder e sendo obrigada a seguir os padrões tradicionais que a restringem a tomar conta do lar. Está relacionado a uma visão paternalista dominante que caracteriza a mulher como um ser incapaz e que necessita do

homem, um ser superior. Nele, a diferenciação de gênero fica muito clara ao passo que define que o homem é o único capaz de gerir cargos de poder e as instituições mais importantes. Também se faz presente a questão da heterossexualidade, que considera que a mulher utiliza seus atributos físicos e sexuais para de alguma forma tentar dominar o homem. (Formiga, et al,2002)

Já o sexismo benévolo é mascarado por uma atitude de proteção do homem em relação à mulher, em que a mesma segue sendo o sexo frágil e que possui o papel de complementar o homem. Nele a mulher aparece como um ser dependente, frágil e sensível, o que constitui uma visão que se relaciona a uma perspectiva mais estereotipada do sexo feminino do que a perspectiva dominante no sexismo hostil. Está diretamente relacionado a uma visão paternalista protetora, em que a mulher, um ser débil, necessita ser protegido e mantido pelo homem. Em relação à questão da heterossexualidade, considera-se que a mulher que não possui um homem ao seu lado, ou seja, seu companheiro, deve ser digna de compaixão e ajuda (Formiga et al, 2002).

Nesse sentido, no âmbito de uma sociedade patriarcalista, machista e sexista, as mulheres assumem posições de subalternidade, ao passo que não exercem poder, só o reproduzem para aqueles que as controlam, ou seja, o homem. Logo, não se constituem como sujeitos (Costa, 1998 apud Silva, 2013).

Para desconstruir o sexismo que se encontra impregnado na sociedade, é importante compreendermos as formas pelas quais tal ideologia se perpetuou ao longo da história da civilização ocidental.

Diversos elementos contribuíram para a perpetuação de tal ideologia, desde a descoberta da agricultura até a influência da igreja católica, já que a bíblia sagrada, o conjunto de livros do antigo testamento e do novo testamento e que norteia a conduta dos cristãos, é utilizado como um dos principais instrumentos para se justificar a submissão feminina, pois nela, a mulher aparece como propriedade privada primeiro de seu pai e depois de seu marido, (Neunfeldt et al, 2008).

Ao legitimar isso, são impostos a mulheres dois modelos a qual podem seguir: os de Santa, como Maria, mãe de Jesus, ou os de meretriz, como Eva, responsável pela expulsão dos

humanos do paraíso. Os corpos femininos passam a se controlados por uma Teologia dualista de bem ou de mal, salvação e pecado em que são sempre associados ao mal (Eggert, 2004 apud Steffen, 2013).

Uma das justificativas para tal associação estaria no fato de que a mulher seria mais responsável que o homem pelo pecado original, já que foi Eva a pecadora. Por isso, a mesma teria de se submeter a todo tipo de sofrimento como forma de punição, tendo que oferecer submissão ao homem, o representante de Deus na Terra (Neunfeldt, et al, 2008).

Como forma de tentar se redimir da criação de tal estereótipo negativo em torno das mulheres, que assumem o papel não só de pecadoras mas de tentação, volúpia e fraqueza a carne, é idealizada a figura de Maria, a mulher por excelência, que não conheceu o pecado e que simbolicamente seria responsável por uma reconciliação com o gênero feminino (Gebara, 1990 apud Andrioli, et al, 2012).

Além da igreja católica, o Estado também possuiu importante papel em legitimar tais estereótipos em torno do papel da mulher na sociedade. Tanto ele como as religiões predominantes, como a católica e a protestante, foram responsáveis pela criação dos cinco cativeiros femininos, em que as mulheres poderiam ser consideradas como mães-esposas, monjas, meretrizes, presas ou loucas (Lagarde, 2005 apud Steffen, 2013). Além disso, também possuiu importante papel na caça às bruxas durante a Idade Média, ou seja, um movimento que ocorreu com o intuito de defender a doutrina católica que ia contra a população feminina rural que tentava manifestar seus conhecimentos médicos, políticos e religiosos (Angelin, 2005). Esse elemento histórico da Idade Média durou mais de quatro séculos e adquiriu significados religiosos, políticos e sexuais por ter sido uma campanha assumida tanto pela igreja católica como pela protestante, assim como pelo Estado e pelas classes dominantes.

Nesse contexto, as bruxas eram mulheres, médicas sem título, que realizavam os partos e que possuíam elevado conhecimento sobre plantas medicinais e remédios caseiros. Tais conhecimentos eram passados hereditariamente e na maioria das vezes eram a forma mais próxima de um atendimento médico que a população pobre recebia (Angelin, 2005).

A igreja católica buscava por um responsável pelas mudanças sociais que aconteciam na época, ou seja, a contínua queda do Teocentrismo - Deus no centro de tudo - e a constante ascensão do Antropocentrismo, em que o homem passa a ocupar esse espaço. Essa mudança de mentalidade trazia consigo uma série de eventos, como revoltas camponesas e

guerras, o que gerava instabilidade e descentralização no poder da igreja. Como necessitava a todo custo recuperar o poder que vinha sendo perdido, a igreja católica vê nas mulheres, ou melhor, nas bruxas, um potencial responsável por essas mudanças e dá início então à perseguição das mesmas, período que ficou conhecido como Santa Inquisição.

A caça as bruxas pode ser considerada também como fruto de uma campanha de terror realizada pela classe dominante, já que as mulheres camponesas ao possuírem vasto conhecimento medicinal, representavam grande concorrência aos médicos de tal classe que buscavam a ascensão, o que fez com que estes se juntassem à Santa Inquisição (Eherenreich e English, 1984 apud Angelin, 2005)

Logo, amparada pelo Estado e pela classe dominante, a igreja instaura os Tribunais da Inquisição ou do Santo Ofício, em que mulheres eram acusadas de possuírem poderes mágicos por possuírem conhecimentos medicinais e conseqüentemente causarem problemas de saúde na população e catástrofes naturais. (Eherenreich e English, 1984 apud Angelin, 2005).

A Santa Inquisição foi responsável pela perseguição, julgamento, condenação e morte de aproximadamente nove milhões de pessoas, sendo 80% desse número constituído de mulheres, (Menschik, 1977 apud Angelin, 2005), vítimas do Patriarcado, que ao tentarem externar seu poder social, foram mortas queimadas vivas em fogueiras (Angelin, 2005).

Através de uma interpretação unilateral e endocêntrica da bíblia, as religiões justificam o modo errôneo e preconceituoso pela qual as mulheres são tratadas socialmente (Vidal, 2009 apud Steffen, 2013) e que ampara, em muitos casos, a violência doméstica, sexista ou de gênero (Stroher, 2009 apud Steffen, 2013). Entretanto, a igreja católica assim como a religião cristã entra em contradição, pois segundo Gebara (2000, p. 156 apud Andriolli et al, 2012, p. 1463)

[...] a religião encerra em si mesma um alto índice de contradição; Levando em conta que a mensagem das religiões, em geral, e de modo particular do cristianismo, é garantir a vivência humana a partir dos valores fundamentais de toda existência, parece contraditório que esses mesmos valores tenham podido gerar formas de cumplicidade com a violência social.

Além disso, a Igreja Católica ao se constituir como uma instituição Patriarcal e que atua de forma direta na manutenção da submissão social feminina, também entra em contradição

com as convicções e ideais de Jesus Cristo, já que, segundo Andrioli e Angelin, (2012, p. 1460) “fica claro, porém no Novo Testamento, que Jesus Cristo pregava a não violência e o amor ao próximo sem distinção de sexo”.

### **3 - INTRODUZINDO E CONTEXTUALIZANDO A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO**

A Teologia da Libertação (TdL) é um movimento que surgiu no interior das igrejas católicas em meados da década de 1960, em um contexto de lutas sociais, após a eclosão de golpes militares e a vitória na revolução cubana. (Neto, 2007).

Nasceu na América Latina, frente a uma grande contradição, pois apesar de ser um dos continentes mais católicos do mundo, a maior parte de sua população vivia em extrema pobreza. A teologia tradicional européia já não era representativa para com essa população e era preciso que se criasse uma em que a classe dominante não obtivesse todo o protagonismo (Guimarães, 2012).

Logo, a TdL é desenvolvida com o propósito de dar voz aos mais oprimidos e excluídos socialmente, ou seja, os pobres, e auxiliá-los na busca por seus direitos (Camilo, 2011). Nesse sentido, busca apresentar Jesus Cristo como libertação e pensar a opressão, a humilhação e a pobreza como coisas contrárias a aquilo que Deus gostaria. (Catão, 1986)

Ocorreu em 1965, na cidade do Rio de Janeiro a Primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, onde começou-se a questionar a contradição existente citada a cima. Foi criada a Comissão para a América Latina, sediada em Roma. Tal comissão realizou quatro sessões e nelas surgiu a intenção de subsidiar a igreja católica da América Latina, ou seja, as igrejas mais ricas ajudariam economicamente a igreja latino-americana. Essa conferência, entretanto, não promoveu mudanças significativas (Guimarães, 2012).

Pode-se dizer que a Teologia da Libertação tem como ponto de partida o Concílio Vaticano II, em 1962, inaugurado por João XXIII e encerrado por Paulo VI no ano de 1965. Em tal Concílio foram realizadas diversas reflexões a cerca da realidade da América Latina, em que, segundo Santos, (2006, p.14), “desenvolveu-se uma nova compreensão do ‘ser Igreja’, que intentava, a partir desse momento, estar aberta ao mundo e envolvida em seus problemas”.

Em seguida, em 1968, aconteceu em Medellín, Colômbia, a II Conferência Episcopal Latino-Americana que foi de extrema importância para o surgimento da Teologia da Libertação, pois em tal conferência foi feita uma releitura do Concílio Vaticano II, em que

os ensinamentos provindos dele foram sistematizados e direcionados então a questão dos pobres. Nesse momento surgiu a concepção de que a pobreza, a desigualdade social e a injustiça se constituem como pecados sociais no sentido de que vão contra as vontades de Deus e passou-se a vincular a imagem de Deus a libertação (Noronha, 2012).

Oficialmente a TdL começou a ser produzida no que diz respeito a documentos, em 1968 e seu primeiro esboço publicado em 1969 com *Hacia una Teologia de la liberacion*, de Gustavo Gutiérrez.

O período que vai de 1968 a 1975 é considerado como o período de expansão da Teologia da Libertação e contou com a integração do teólogo Leonardo Boff ao movimento, como explica Susin (2000, p.186):

(...) a teologia da libertação não era mais a ideologia dos vencedores e sim dos vencidos, era uma ideologia de resistência. Ao entrar no movimento, Leonardo Boff marcou a diferença, anunciando o tema do cativo. Sendo doravante movimento de resistência a teologia da libertação buscou formas de associação com outras resistências e suas teologias, a teologia negra, indígena e a feminista.

Em 1979 ocorreu em Puebla, México, a terceira Conferência do Episcopado -Latino Americano que teve como temática “A evangelização no presente e no futuro da América Latina”. Esse foi o período em que ocorreu a maior produção de material teológico da TdL, tanto oralmente, através de palestras, como em relação a produção escrita. Ele foi considerado por alguns teólogos como o período de consolidação da Teologia da Libertação (Noronha, 2012).

A temática da libertação foi a principal pauta em tal conferência. Apesar de também refletirem sobre a questão da libertação inerente aos pecados pessoais de cada ser, a conferência se focou no que denominado *pecado social*, ou seja, a opressão política-econômica-social-cultural e sua necessidade de libertação (Gibellini, 1998).

A partir de 1989 a Teologia da Libertação expandiu suas perspectivas e passou a refletir também sobre temas mais amplos como a ecologia. Muitos teólogos acreditavam que é necessário que haja uma correlação entre o planeta Terra e os seres humanos para que haja um equilíbrio e conseqüentemente qualidade de vida como explica Noronha, (2012, p.189)

O crescimento econômico acompanhado do desenvolvimento industrial tem por objetivo produzir riquezas e serviços sem limites utilizando-se da Terra para

isso. A Teologia da Libertação nessa fase mostra que é necessário ser solidário com o pobre, mas sobretudo com a natureza e o planeta Terra por que se nada for feito mais cedo ou mais tarde se tornará impossível a vida.

Esse período ficou conhecido como o período de revisão e concedeu novo impulso à Teologia da Libertação.

No Brasil, a consolidação da Teologia da Libertação está diretamente ligada ao surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Durante a ditadura militar, os índices da inflação chegaram a ultrapassar 100%, a desigualdade social disparou e a dívida externa passou de 12 para 50 bilhões de dólares de 1974 a 1977. Segundo Santos, 2006, tal crise deu impulso para que religiosos e leigos que realizavam trabalhos populares dessem início as CEBs, que eram comunidades em que as pessoas viviam em união, todas motivadas pela mesma fé. Era composta por pessoas que possuíam problemas de sobrevivência, de moradia e que lutavam por melhores condições de vida.

Nesse sentido, a Teologia da Libertação apareceu como uma forma de dar fundamentação teológica e apoio as lutas políticas levantadas pelas CEBs. Uma das críticas que eram feitas a TdL era com relação a sua proximidade com o marxismo e seu conteúdo político, já que a igreja católica sempre se opôs aos ideais de Karl Marx.

Muitos católicos, entretanto, viam no marxismo um modelo de esperança por sua crítica ao sistema capitalista, e essa proximidade acabou se dando em decorrência da extrema pobreza latino-americana (Lowy, 1989).

Em relação a seu conteúdo político, segundo Gibellini, 1998, a TdL carrega um discurso político, ético e evangélico. Político pois o teólogo não é neutro politicamente; ético pois se dá através de questionamentos éticos e evangélicos por se basear e impulsionar-se pelo Evangelho.

Nesse sentido, a principal convergência entre a Teologia da Libertação e o marxismo está no que diz respeito à luta pelos pobres e à crítica ao capitalismo como gerador de opressão.

Para além disso convergiam também quanto a questão do universalismo que visa a humanidade como um todo, defendido pelo marxismo e apropriado pela TdL ao passo que resgata e incorpora a si mesma o lema da Revolução Francesa, *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* (Lowy, 1989).

Nesse sentido, enquanto a igreja tradicional acredita que o pobre não é responsável por sua própria emancipação, a Teologia da Libertação, assim como o marxismo, discordam, e acreditam que o conjunto de oprimidos e o proletariado, consecutivamente, o fazem, como explica Noronha, (2012, p.190).

A forma mais adequada encontrada pela Teologia da Libertação de ajudar os oprimidos é entendê-los como sujeitos ou agentes de sua própria libertação. Aqui o assistencialismo é substituído pelo entendimento que o pobre tem força, consciência e capacidade de transformar as relações sociais, descobrindo as causas que geraram a situação opressora em que se encontram. A articulação de movimentos que reivindicam melhores condições salariais ou de moradia, são exemplos de como os pobres atuam promovendo sua própria libertação, utilizando-se de instrumentos, como por exemplo os sindicatos.

Esse é o principal ponto de proximidade da TdL com o marxismo e o principal ponto de ruptura da mesma com o igreja católica tradicional.

Logo, a Teologia da Libertação se pauta principalmente em uma perspectiva de mudança, ou seja, ela propõe a libertação social, política e econômica dos grupos mais oprimidos socialmente. Leonardo Boff, em seu livro *Jesus Cristo Libertador*, (2012), apresenta uma série de problemáticas e reflexões sobre tal.

Segundo o autor, a figura de Jesus Cristo se torna o principal alvo de reflexão e a partir dela se dá a produção teológica. Sua postura, gestos, palavras, sua íntima relação com os pobres e marginalizados, tudo isso contribuiu para que fosse construída uma imagem de Jesus como libertador da condição humilhação e exclusão humana, pois acima de tudo Jesus buscava mudanças.

Para Catão, 1986, além da própria vida de Jesus Cristo, a TdL também se fundamenta no livro de Êxodo, em que é relatado o sofrimento do povo de Deus diante a escravidão no Egito.

Leonardo Boff aponta em *Jesus Cristo Libertador* que essa nova imagem de Jesus Cristo trazida pela TdL se opôs àquelas tradicionais de Jesus como Monarca Imperial, coberto de ouro como um rei português ou espanhol; Cristo como o guerreiro vencedor ou aquela de Cristo como sofredor e vencido, moribundo junto a Virgem Maria que chora por seus filhos oprimidos e dominados pelo colonizador.

Tal imagem é então recriada a partir de um contexto histórico, baseando-se na vida e nas causas abraçadas por Jesus. Ele passa a ser apresentado como sinônimo de crítica e transformação da realidade e não meramente como justificativa do porquê das coisas do mundo serem como são.

Logo, o Jesus histórico resgatado pela Teologia da Libertação personifica o amor de Deus, representa a forma como ele trata seus filhos, em que ao invés de repudiar os pobres, leprosos e pecadores como na Teologia tradicional, o Jesus histórico da TdL os aproxima e acolhe, os liberta como o amor de Deus.

A partir daqui o acesso ao reino de Deus vai além de orações e cultos, ela se faz a partir do auxílio ao pobre, se faz segundo a práxis libertadora.

Boff destaca também que Jesus não buscava uma sociedade em que todos fossem ricos, muito pelo contrário, repudiava a riqueza, pois a via como consequência da exploração daqueles que são dominados. O que ele buscava era uma sociedade justa e igualitária em que a grande maioria não precisasse ser explorada para que uma pequena parcela desfrutasse.

#### **4 - INTRODUZINDO E CONTEXTUALIZANDO A TEOLOGIA FEMINISTA DA AMÉRICA LATINA**

A Teologia Feminista surge como um movimento que busca a espiritualidade a partir da mulher, ou seja, a emancipação e libertação feminina de uma teologia patriarcal. (Ferreira, et al, 2010).

Ivone Gebara em seu livro “Vida religiosa: da teologia patriarcal a teologia feminista: um desafio para o futuro”, de 1992, apresenta os desafios de se criar uma teologia que seja efetivamente representativa para as mulheres. Para a autora, a Teologia feminista busca novas formas de enxergar o homem e a mulher, de modo mais igualitário em que a submissão não se faça presente. Logo, a construção dessa nova teologia deveria começar pela reinterpretação da bíblia a partir das mulheres, pois não é que elas não existam no livro sagrado, só não recebem o devido valor. Inúmeras mulheres são citadas ao longo da bíblia, mulheres que lutaram pelo povo e que o representaram.

Gebara apresenta em seu livro Ester, que acaba por se tornar rainha e salva os judeus, e Judite que vence Holoferenes para então salvar também o povo judeu. Na teologia feminista o ponto central é criar uma teologia em que essas figuras femininas possuam tanto espaço quanto os evangelistas Lucas e João, por exemplo.

Para a autora, essa nova forma de se fazer teologia propõe em primeiro lugar uma reflexão a cerca da espiritualidade e das relações dos indivíduos com Deus. Para tal, sugere uma análise das facetas que são atribuídas a Deus tais como o Todo-Poderoso, o Deus interiorizado e o Deus Onipresente.

A figura de Deus como Todo-Poderoso, ou seja, o Pai de todos, traz em si a submissão como característica inerente à mulher, no sentido de que coloca Deus, na figura masculina, como aquele que julga e a quem devesse obediência.

Já a figura de Deus como ser interior a cada indivíduo se relaciona mais a uma moral que deve ser preservada; uma “lei interna” que impede os indivíduos de realizarem seus desejos em prol das vontades de Deus.

O Deus Onipresente aparece como uma figura de repressão, ou seja, aquele que tudo vê e a quem não se pode enganar. Nesse sentido, ao atribuírem tal estereótipo a Deus, muitas

mulheres acabam por sentirem medo do mesmo, quando na verdade, em sua obra, a autora explica que (p.48):

Deus está em nós e fora de nós. Deus é aquele que nos chama em nós, que pede que nos amemos, que nos chama a partir do nosso próximo, daquele que nos faz sair de nós mesmos para tornar presente na história a infinita misericórdia de Deus.

Segundo o livro, uma problemática também levantada pela teologia feminista é a questão do corpo feminino. O mesmo sempre foi estigmatizado como pecado, aquilo que impediria o ser humano de sucumbir a Deus. Essa nova teologia propõe entender o corpo em uma perspectiva diferente, o corpo como parte integrante da espiritualidade humana. O ponto central é compreender a materialidade como algo fundamental nas relações com o Senhor, pois como Maria teria expressado seu amor por Jesus sem seus beijos, lágrimas e carinhos?

O corpo na verdade se revela como um meio de se criar relações com o outro e também com Deus, como a explica a autora (p.52)

Ora, a redescoberta pela mulher de seu corpo, da força e beleza de sua materialidade não apenas como corpo de prazer, mas como corpo que trabalha, corpo que pensa, corpo que deseja, corpo que decide, corpo que tem um poder maior do que o designado pela sociedade patriarcal tornar-se-á conquista fundamental para a história de hoje e de amanhã.

Logo, o corpo feminino passa a ser compreendido como algo divinal, como a morada de Deus e não a da heresia.

A teologia feminista se consolidou oficialmente na América Latina em 1993 no Encontro Regional de Teólogos e Teólogas da Associação Ecumênica de Teologia do Terceiro Mundo (ASSET/EATWOT) no Rio de Janeiro. Lá, tal teologia ganha oficialmente o nome de Teologia Feminista da Libertação, já que até então vinha sendo chamada de “teologia da mulher”, “teologia na ótica da mulher” ou “teologia feminina”. (Deifelt, 2003).

Apesar do termo Teologia Feminista só ter sido adotado oficialmente em 1993 na América Latina, essa teologia já vinha sendo produzida, tanto em outros locais como na própria América Latina, muito antes disso.

No contexto da primeira onda do feminismo, no final do século XIX e metade do século XX, surgiram no interior das igrejas diversos movimentos de mulheres. Esses movimentos

podem ser separados em dois grupos. O primeiro se preocupava principalmente com a promoção do “feminino cristão”, ou seja, um movimento que buscava, sobretudo, cristianizar as mulheres e defender a moral cristã. Já o segundo, formado por mais variados grupos e associações se respaldavam em uma perspectiva mais feminista, logo, buscavam a autonomia feminina tanto no âmbito da igreja como no da sociedade como um todo (Viero, 2005).

Dois marcos importantes que impulsionaram a Teologia Feminista na América Latina foram a publicação da *Woman's Bible*, popularmente conhecida como Bíblia da mulher, e a criação da Aliança Internacional Joana D'arc (Deifelt, 2003).

O primeiro marco, ou seja, a publicação da *Woman's Bible* aconteceu em meados do século XIX, sendo publicada em duas partes: a primeira em 1895 e a segunda em 1898. Essa bíblia surge a partir da associação de um grupo de mulheres protestantes, lideradas por Elizabeth Cady Stanton, que se reuniam para analisar as passagens da bíblia referentes às mulheres. (Carvalho, 2006)

Já o segundo marco, a criação da Aliança Internacional Joana D'arc, aconteceu em 1911, na Grã-Bretanha, tendo como lema: Orai a Deus: “Elas vos ouvirá”. O movimento apesar de visar a igualdade entre os homens e mulheres acima de tudo, possui algumas divergências em relação a proposta de certos grupos, como a questão do aborto, a qual são contra. (Vieiro, 2005).

A partir de 1948 com a fundação do Conselho Mundial de Igrejas que aconteceu em Amsterdam, na Holanda, o tema da participação da mulher na igreja se torna uma questão “universal”. Nele, dos 168 grupos religiosos participantes, 44 colocaram em pauta a questão da mulher o que impulsionou ainda mais o surgimento de uma teologia efetivamente feminista na América Latina.

Inspiradas nesses movimentos começaram a surgir, a partir da década de 1960, nas igrejas católicas Latinas algumas associações e grupos com essa ideologia mais feminista.

Logo, em 1979 no primeiro encontro da Comissão Latino-Americana de mulheres da Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo (ASETT), que aconteceu no México, foi colocada em pauta a participação feminina na Teologia da Libertação, que

apesar de se colocar como a “teologia dos oprimidos”, vinha omitindo a mulher nesse contexto (Aquino, 1998).

Já em 1985 aconteceu em Buenos Aires, Argentina, o segundo encontro tendo como tema Encontro Latino-Americano desde a perspectiva da mulher. Esse encontro contribuiu de maneira decisiva para que a teologia feminista latino-americana progredisse no sentido de que teve como foco, segundo Krob e Streck (2012), o discernimento das categorias intelectuais para articular e analisar o discurso teológico enraizado na experiência de fé das mulheres oprimidas.

Em 1986, novamente no México, aconteceu o terceiro encontro em que se percebeu que o patriarcalismo é o principal pilar das desigualdades sociais existentes.

No Brasil, o surgimento dessa nova teologia se relaciona diretamente com a Teologia da Libertação e com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O período que vai 1960 a 1980 ficou marcado não só pelas mobilizações femininas em prol de direitos civis, mas também da formação e difusão das CEBs e da Teologia da Libertação. Diferente da Teologia feminista Americana e Européia, o surgimento da teologia feminista brasileira se aproxima muito mais da Teologia da Libertação e da inserção das mulheres nas CEBs, do que do próprio movimento feminista. (Carvalho, 2006)

Ivone Gebara em “Vida religiosa: da teologia patriarcal a teologia feminista: um desafio para o futuro”, (1992), explica que existe uma relação de mutualidade entre entregar sua vida ao Senhor e servir aos pobres, no sentido de que se ama, será amado. A autora diz que foi ao serviço dos pobres que começaram a surgir as primeiras reflexões sobre o papel da mulher na teologia tradicional e que foi através da educação popular que as religiosas tomaram consciência de quanto foram e são privadas de participarem de orientações pastorais e da explicitação teológica de sua fé.

Na verdade, algumas teólogas latino-americanas rejeitavam o termo “feminista”. As mesmas acreditavam que o feminismo era um movimento burguês e de primeiro mundo em que as mulheres estavam voltadas mais para questões individuais e que não representavam as mulheres de setores populares. Posteriormente o termo “feminista” passou a ser adotado por representar uma ruptura dessa teologia com a teologia institucional (Taborda, 1990).

Em 1993, ocorreu no Rio de Janeiro o Encontro de Consolidação e Avanço em que a teologia feminista latino-americana ganha o nome de Teologia Feminista da Libertação e “surge” oficialmente.

Por assim dizer, a Teologia Feminista Latino-Americana (TFLA) se distingue das demais teologias por levar em consideração o contexto em que as mulheres latino-americanas e caribenhas se encontravam; essa forma de se fazer teologia se dá a partir da experiência diária de tais mulheres, como explica Aquino (1997, p.55)

Na América Latina a teologia feminista é elaborada a partir de realidades concretas, quer acompanhar a experiência que as mulheres pobres e oprimidas têm de Deus em sua prática libertadora e procura responder às questões e aos desafios que essa prática propõe à fé cristã. Além disso, entende que a revelação não ocorre fora das coordenadas históricas, daí a contextualidade ser uma das suas características centrais.

Logo, partindo do princípio que essa Teologia é feita a partir da realidade concreta das mulheres, ou seja, de suas vidas cotidianas, não se pode dissociar tal experiência cotidiana dos diversos conflitos e violências que a elas são impostos, sendo os principais deles as diferenças de classe, raça e gênero (Reimer, 2005).

Segundo, Krob e Streck (2012), as relações de gênero se constituem como uma categoria de violência geral pois são a base para todo tipo de violência contra a mulher.

Nesse sentido, a questão do gênero entra como categoria de análise na Teologia feminista, em que se avalia de que forma os papéis femininos e masculinos foram atribuídos socialmente.

Começa a se entender sexo e gênero como coisas distintas, ou seja, o sexo como caracterização biológica que não seria suficiente para justificar as diferenças sociais entre o homem e a mulher e o gênero, masculino ou feminino, que começa a ser construído assim que a criança nasce e que ganha um nome. Ela passa a ser tratada como menino ou menina e é submetida à aprendizagem dos comportamentos inerentes a cada gênero. Logo, se entende as relações de gênero como construções sociais que designam os comportamentos e valores inerentes aos sexos feminino e masculino (Ferreira, et al, 2010).

Nesse sentido, ao passo que as relações de gênero entram como categoria de análise na Teologia Feminista, as características atribuídas às mulheres, ou seja, a mulher como ser frágil, maternal e sensível, passam a ser percebidas não como algo fixo e imutável mas sim como algo que foi imposto e que pode ser desconstruído.

A divisão sexual do trabalho é fruto das relações de gênero e estaria também muito presente na igreja, pois segundo Jurkewicz, “se observarmos como se organizam os trabalhos pastorais, vamos encontrar no seio desta organização, a divisão sexual do trabalho. No Brasil as comunidades eclesiais de base, significaram uma ação pastoral importante. Quem manteve e mantém a vida das comunidades? Quem faz o trabalho cotidiano, pequeno, invisível? Quem vai morar na periferia e buscar uma inserção nos setores populares? São as mulheres, leigas e religiosas. Porém quem assume a direção dos processos pastorais são, sobretudo os homens, os padres”.

Por conseguinte, a Teologia Feminista incorpora a questão de gênero como algo que não é natural numa tentativa de construir uma Teologia que não seja excludente e sim inclusiva, como explica Deifelt (2003, p.173)

A teologia feminista critica os aspectos da tradição religiosa que fundamentam qualquer tipo de discriminação e retoma aqueles elementos libertadores e afirmadores de dignidade que estão na raiz do cristianismo (e de outras religiões). A teologia feminista sempre parte da suspeita de que o cristianismo tem mais a oferecer do que aquilo que nos é dado, e que a religião também desempenha um papel de legitimação de normas e padrões culturais passíveis de questionamentos. A teologia feminista celebra a presença e atuação das mulheres no contexto da Bíblia e da história da Igreja cristã. Afirma a dignidade das mulheres como criaturas feitas à imagem de Deus (Gênesis 1,26-27) e partícipes íntegas do corpo de Cristo (Gálatas 3,27-28), em que, mediante o batismo, já não há mais judeu nem grego, escravo ou livre, homem e mulher. A teologia feminista reafirma que todos os seres humanos — homem e mulher — são criados à imagem de Deus e que, a partir de Jesus Cristo e no batismo, já não há mais motivos para discriminação, pois somos novas criaturas em Cristo.

Mesmo ao se levar em consideração todas as contribuições e problematizações levantadas pelos diferentes Teologias existentes, como a Feminista, a da Libertação, entre outras, no âmbito da igreja institucional católica, atualmente pouca coisa mudou. Mulheres que buscam autonomia e igualdade de gênero não se sentem mais pertencentes a essa igreja patriarcal, em que nunca possuíram, e ainda não possuem, direito de fala. Logo, a Teologia feminista vem se tornando uma referência para essas mulheres e futuramente continuará

apresentando suas contribuições para que cada vez mais mulheres se sintam abrigadas e pertencentes a essa Teologia (Nunes, 2006).



## 5 - CONCLUSÃO

Inegavelmente a igreja católica tradicional contribuiu, e ainda contribui, para a manutenção dos estereótipos de gênero, seja através da hierarquia presente na mesma em que mulheres não possuem o direito de rezar missas, ou até mesmo através de fatos históricos em que mulheres foram perseguidas e mortas, com o apoio da igreja católica, como a Santa Inquisição.

Logo, tanto a Teologia da Libertação como a Teologia feminista lutam acima de tudo pela emancipação de grupos que são oprimidos na perspectiva da Teologia Cristã Tradicional, sendo eles os pobres e as mulheres, respectivamente. As duas teologias utilizam como instrumento de análise, e posteriormente de reconstrução, o Evangelho.

Entretanto, ao mesmo tempo que possuem a luta contra a opressão como ponto em comum, divergem no sentido de quem são esses oprimidos. A Teologia feminista faz uma crítica a Teologia da Libertação no sentido de que a mesma não consegue se libertar totalmente de uma visão machista e sexista decorrente dos estereótipos de gênero criados socialmente e reforçados pela teologia tradicional, mesmo com a tentativa de Leonardo Boff em aproximar os dois movimentos, como explica Gebara (2006, p.300)

Entretanto, a maior parte das teologias feministas separa-se de certa forma da teologia masculina da libertação quando se trata da manutenção da dogmática patriarcal, das imagens de Deus masculinas e de um conceito de salvação estreito que inclui apenas a pessoa individual de Jesus de Nazaré.

Todavia, é importante pensar no contexto histórico em que a Teologia da Libertação surgiu e na importância que a mesma teve para a formulação da Teologia Feminista, sobretudo no Brasil. A teologia da Libertação começou a ser formulada na década de 1960 em meio a uma série de ditaduras e caos social, em que o movimento feminista na América Latina estava começando a se desenvolver, especialmente no Chile com a eleição de Maria de la Cruz como deputada com 51% dos votos pelo Partido Feminino Chileno.

Logo, apesar de não se desprender totalmente de uma doutrina pautada no patriarcalismo, a Teologia da Libertação foi de extrema importância para que se tenha hoje uma teologia feminista para centenas de mulheres católicas que não se vêem mais representadas pela igreja católica tradicional e seus dogmas.

Nesse sentido, a Teologia da Libertação e a Teologia Feminista provam que mesmo não concordando com o sistema patriarcal que a sociedade se estrutura, isso não impede que muitas pessoas exteriorizem sua fé através da religião Católica, apesar dela ser patriarcalista, pois existe dentro dela movimentos que vão contra esse sistema e se constituem como movimentos de ruptura, como a TdL, a TF, as Católicas pelo Direito de Decidir e tantos outros grupos.

Por tanto, é importante que o tema seja discutido atualmente pois é necessário que grupos que lutam contra qualquer tipo de opressão tenham cada vez mais visibilidade uma vez que a violência contra a mulher, o machismo, a homofobia e a transfobia crescem diariamente e deixam cada vez mais vítimas.

## REFERÊNCIAS

- ANDRIOLI, Liria Ângela; Angelin, Rosângela. **A influência da Religião na construção da identidade feminina e no movimento feminista e de mulheres.** *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012. pag 1459-1464
- ANGELIN, Rosângela. **A “Caça as bruxas”:** uma interpretação feminista. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº 53, outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/053/53angelin.htm> >. Acesso em: 18 de junho de 2016.
- AQUINO, María Pilar. **Teología Feminista desde América Latina.** Vol/No. 135-136, 1998.
- AQUINO, María Pilar. **A teologia, a Igreja e a Mulher na América Latina.** Tradução Rodrigo Contrera. São Paulo: Paulinas, 1997.
- BELO, Raquel Pereira; Golveia, Valdiney V; Raymundo, Jorge da Silva; Marques, Célia Maria Cruz. **Correlatos Valorativos do Sexismo Ambivalente.** Psicologia: Reflexão e Crítica, Universidade Federal da Paraíba, 2005.
- BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador:** ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo. Ed. 21, Petrópolis, Vozes, 2012.
- CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. **A Teologia da Libertação no Brasil:** das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. Faculdade de ciências sociais, UFG, Goiás, 2011.
- CARVALHO, Maristela Moreira. **Teologia(s) feminista(s) e movimento(s) feminista(s) na América latina e no Brasil: “origens e memória”.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- CATÃO, Francisco. **O que é teologia da libertação.** São Paulo: Nova Cultura; Brasilense, 1986.
- DEIFELT, Wanda. **Temas e metodologias da teologia feminista.** In: SOTER, 2003.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Editora Escala, 3º edição, 2009.

FERREIRA, Benedita Aguiar; Neto, José Vaz Magalhães. **Teologia Feminista e os discursos de resistência ao poder hierárquico**. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

FORMIGA, Nilton S; Golveia, Valdiney V; Santos, Maria Neusa dos. **Inventário do sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com gênero**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.7, n.1, p. 103-111, jan/jun 2002.

GIBELLINI, Rosino. **A Teologia no século XX**. São Paulo: Loyola, 1988.

GUIMARÃES, Luiz Ernesto. **A teologia da libertação e o contexto Latino-Americano**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH, 9., 2012, Londrina. Anais... Londrina, 2012.

JURKEWICZ, Regina Soares. **Afinal, o que é gênero?** Disponível em <<http://catolicas.org.br/biblioteca/artigos/o-que-e-genero/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

KROB, Daniéli Busanello; Streck, Gisela I. W. **Teologia Feminista: um caminho para vidas dignas e sem violências**. Anais dos Simpósios da ABHR, Vol. 13, 2012.

LOWY, Michael. **Marxismo e cristianismo na América Latina**. Lua Nova no.19, São Paulo, 1989.

NARVAZ, Martha Giudice; Koller, Silva Helena. **Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa a subversão criativa**. Psicologia e Sociedade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jan/abr. 2006.

NARVAZ, Martha Giudice; Koller, Silva Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.11, n.3, p. 647-654, set/dez. 2006.

NETO, Antonio Julio Menezes. **A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. Cad. CRH vol.20 no.50, Salvador, 2007.

NEUNFELDT, Elaine; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara. **Epistemologia, violência e sexualidade: Olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: Sinodal-EST, 2008.

NUNES, Maria José Rosado. **Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. **Teologia da libertação: origem e desenvolvimento**. Fragmentos de cultura, Goiânia, v. 22, n. 2, 2012.

- PEREIRA, Amanda Gonçalves. **Divisão sexual do trabalho: limitação à igualdade de gênero e ao desenvolvimento.** 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero. Universidade Rural Federal de Pernambuco, 2012. pág 426-430.
- PINAFI, Tânia. **Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade.** Revista Histórica, nº 21, abril/maio. 2007.
- REIMER, Ivoni R. **Grava-me como selo sobre teu coração.** Teologia Bíblica Feminista. São Paulo, 2005.
- ROSADO-NUNES, Maria José. **Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara.** Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006
- RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminista.** São Leopoldo-Rs: Sinodal, 1993.
- SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **Luta e perspectivas da Teologia da Libertação: o caso da comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000.** Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, Antônia Eudivânia de Oliveira. **Repensando os entraves à participação política feminina com Pierre Bourdieu.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.
- SILVA, Sérgio Gomes da. **Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos.** Psicologia: ciência e profissão, Brasília, vol.20, n.3, Sept. 2000.
- STEFFEN, Luciana. **A Teologia Feminista desconstruindo as desigualdades de gênero ainda presentes.** Anais do Congresso Estadual de Teologia. São Leopoldo: EST, v. 1, 2013. pag 54-57
- SUSIN, Luiz Carlos (Org). **O mar se abriu.** Trinta anos de teologia na América-Latina. São Paulo: Soter; Loyola, 2000.
- TABORDA, Francisco. **Feminismo e Teologia Feminista no Primeiro Mundo. Breve panorâmica para uma primeira informação.** Perspectiva Teológica, Ano XXII, nº 58, 1990.

VIEIRO, Gloria Josefina. **Inculturação da fé no contexto do Feminismo**. Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Teologia, 2005.

ZANOTTO, Gizele. **Normatizações, Controle e Disciplina: A TFP enquanto Instituição Total (1960-1995)**. Universidade de Passo Fundo, 2010.